

DO DADO AO NOVO NA AULA DE LEITURA: A ARGUMENTAÇÃO EM PRONUNCIAMENTO OFICIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O COMBATE À DENGUE

Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira (PPGEL/UEL)¹
Antonio Lemes Guerra Junior (UEL)²

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma proposta para o ensino de leitura a partir da análise da argumentação presente em um pronunciamento oficial do Ministério da Saúde sobre o combate à dengue. Mobilizando conceitos teóricos relacionados à argumentação e ao discurso político, busca-se contextualizar o gênero discursivo “pronunciamento oficial”, evidenciando a relevância da abordagem de textos político-argumentativos na Educação Básica, em consonância com as orientações da BNCC. A proposta, em linhas gerais, visa ilustrar a professores um meio de promover a capacidade dos alunos de analisar criticamente textos argumentativos, além de estabelecer condições para o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de LP. Leitura. Argumentação. Discurso político. Pronunciamento oficial.

ABSTRACT

This article aims to present a proposal for teaching reading based on the analysis of the argumentation present in an official pronouncement of the Ministry of Health regarding the fight against dengue. Mobilizing theoretical concepts related to argumentation and political discourse, it seeks to contextualize the discursive genre “official pronouncement”, highlighting the relevance of addressing political-argumentative texts in basic education, in line with the BNCC guidelines. The proposal, in general terms, aims to illustrate to teachers a means of promoting students’ ability to critically analyze argumentative texts, in addition to establishing conditions for the development of their critical and civic consciousness.

Keywords: Portuguese teaching. Reading. Argumentation. Political speech. Official pronouncement.

Introdução

Em sala de aula, a utilização de textos autênticos e relevantes desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, o que evidencia a leitura como prática social e cultural que deve permear todas as áreas do conhecimento. No caso do componente Língua Portuguesa, a leitura é assumida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a exemplo de documentos anteriores, como um eixo de ensino que “compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação” (BRASIL, 2018, p. 71), o que abre espaço para a amplitude de manifestações discursivas circulantes na sociedade contemporânea.

¹ lolyane@uel.br

² guerrajr@uel.br

Sob essa perspectiva, textos de natureza política emergem como ricos objetos de estudo, uma vez que possibilitam o desenvolvimento de uma das competências elencadas para a área: “Analisar criticamente o histórico e o discurso político de candidatos, propagandas políticas, políticas públicas, programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões conscientes e fundamentadas” (BRASIL, 2018, p. 514). Os pronunciamentos oficiais, por exemplo, inseridos nesse contingente discursivo, permitem ilustrar como a linguagem é utilizada para persuadir e mobilizar a opinião pública, constituindo fontes importantes para entender a estrutura e os elementos da argumentação, o que contribui diretamente para o aprimoramento da competência argumentativa dos estudantes.

Nesse contexto reflexivo, este artigo objetiva apresentar uma proposta para o ensino de leitura a partir da análise da argumentação presente em um recente pronunciamento oficial do Ministério da Saúde sobre o combate à dengue. Considerando que a escolha desse tema se justifica pela relevância social e política do tema da saúde pública, bem como pela importância de se abordar questões atuais e pertinentes ao cotidiano dos estudantes, pretende-se evidenciar a condução de um percurso de leitura que permite ao aluno/leitor transitar entre informações dadas e informações novas para a compreensão da tessitura argumentativa de textos como esse.

Para isso, o artigo está estruturado da seguinte forma: (i) inicialmente, são discutidas as relações entre a argumentação e o discurso político; (ii) na sequência, busca-se uma breve caracterização do gênero discursivo “pronunciamento oficial”, com ênfase em seu caráter argumentativo; (iii) depois, discute-se a presença dos textos político-argumentativos na escola; e, por fim, (iv) é apresentada a proposta de leitura em torno da qual tem origem o artigo.

Argumentação e discurso político

Conforme Koch (2010, p. 29), “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo”. Sempre que inseridos em atos enunciativos, buscamos conduzir nossos enunciados em direção a conclusões específicas. Para a autora,

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). (KOCH, 2010, p. 29)

Essa dinâmica acontece em várias esferas de atuação social. No cotidiano, por exemplo, a argumentação está presente em nossas interações mais simples, como quando tentamos convencer alguém a nos emprestar um livro ou quando expomos nossas opiniões em uma conversa informal. São momentos nos quais mobilizamos argumentos para persuadir o outro ou para defender nossas ideias. Essa prática evidencia como a argumentação permeia nossas interações diárias, moldando a maneira como nos expressamos e influenciando uns aos outros.

No âmbito da política, o “jogo argumentativo” mostra-se evidente de forma acentuada. Aqui, a argumentação é uma ferramenta poderosa, utilizada não apenas para persuadir, mas também para legitimar ações, posicionar-se diante de questões controversas e mobilizar apoio popular. O discurso político, nesse contexto, assume uma função crucial na construção e na manutenção do poder, influenciando a forma como as decisões são tomadas e como a sociedade é governada.

Conforme Charadeau (2016, p. 252), pode-se afirmar que “o discurso político (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder”. Nesse sentido, o discurso político carrega consigo marcas específicas que o distinguem de outros tipos de discursos, sendo permeado por estratégias e elementos linguísticos que visam não apenas comunicar, mas também persuadir e influenciar a audiência.

Entre tais estratégias discursivas, na perspectiva de Charadeau (2016), está a assunção de tipos de palavra:

- **palavra de promessa:** usada para a definição de ideais, de valores;
- **palavra de decisão:** usada para a resolução de uma desordem;
- **palavra de justificação:** usada para o embasamento de ações; e
- **palavra de dissimulação:** usada para mascarar ideias.

Independentemente das estratégias discursivas mobilizadas, o discurso político, uma vez tomado como produção de linguagem com vistas à persuasão, está sujeito ao ajuste a certas condições, definidas por Charadeau (2016) como **condições de simplicidade, condições de credibilidade e condições de dramatização**.

Em relação à simplicidade, é essencial considerar o fato de que “dirigir-se às massas é dirigir-se a um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade de se informar, de sua capacidade de raciocínio e de sua experiência da

vida coletiva” (CHARADEAU, 2016, p. 265). Assim, simplificar as ideias, os raciocínios, constitui um ponto-chave para que a mensagem seja compreendida e assimilada pelo público-alvo.

No caso da credibilidade, tem-se a construção de uma imagem de si pelo sujeito político, um *ethos*³, a fim de que o público se identifique com ele. Desse modo, como indica Charadeau (2016), podem ser expostos *ethos* de lucidez, de engajamento, de autoridade, de virtude, entre outros. Essa autoimagem, revelada pelo discurso, colabora para a criação de uma conexão emocional entre o emissor e o receptor, aumentando a persuasão e a eficácia do discurso.

Por fim, quanto à dramatização, faz-se menção aos movimentos discursivos que apelam para a emoção. Para Charadeau (2016), tons de ameaça, apresentação de dilemas, táticas para desqualificação de adversários, entre outros recursos, enquadram-se nesse jogo teatral que reveste o discurso político. Esses elementos dramáticos são utilizados para cativar a atenção da audiência, despertar sentimentos e criar um ambiente propício para a aceitação das ideias apresentadas.

Em suma, o discurso político é uma manifestação complexa da linguagem, permeada por estratégias argumentativas e elementos retóricos que visam persuadir e influenciar a opinião pública. Reconhecer a estrutura textual e as estratégias discursivas utilizadas nesse tipo de discurso é essencial para compreender não apenas a sua função na sociedade, mas também o seu impacto na formação de opinião e na condução dos processos políticos.

A estrutura textual-discursiva do “pronunciamento oficial”

O gênero “pronunciamento” caracteriza-se, conforme Leal (2015), por ser uma forma de discurso oficial proferido por autoridades políticas, como presidentes, primeiros-ministros, monarcas, entre outros representantes de nações ou governos. Geralmente, os pronunciamentos têm o objetivo de comunicar políticas governamentais, metas administrativas, análises da conjuntura atual, preocupações com a sociedade e expectativas para o futuro.

Esses discursos oficiais são cuidadosamente elaborados e podem abranger uma vasta pasta de temas, desde questões políticas e econômicas até assuntos sociais e culturais. Eles são

³ Conforme Amossy (2011, p. 134), uma análise argumentativa leva em conta, entre outros aspectos, “[...] a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente”.

direcionados a uma audiência diversificada, que inclui militantes, integrantes da oposição, jornalistas, empresários e outros setores da sociedade.

Na execução de um pronunciamento, é importante considerar a influência do contexto sócio-histórico no momento da fala, a audiência para a qual o discurso é direcionado e a possibilidade de o texto ser produzido coletivamente, com a colaboração de assessores de imprensa ou relações públicas. Além disso, a revisão e a interpretação do discurso pelo porta-voz são aspectos relevantes na preparação e na entrega do pronunciamento.

Dessa forma, o pronunciamento é um gênero discursivo que reflete a comunicação oficial de autoridades políticas, produzindo efeitos de sentido, sendo uma ferramenta essencial para transmitir mensagens, políticas e visões de governo para a sociedade e para diferentes públicos-alvo, o que se faz, em muitas circunstâncias, a partir da articulação de informações dadas e novas.

Para entendermos a produção de sentidos no gênero aqui discutido, buscaremos compreender a interação e a orientação argumentativa sugeridas por Adam (2019), que introduziu e elaborou o conceito de “plano de texto”, proporcionando aos pesquisadores uma abordagem teórico-analítica para compreender a produção de sentidos em textos concretos. Ele enfatiza que o texto deve ser analisado em suas relações com o domínio mais amplo do discurso, em vez de ser considerado isoladamente.

Concordando com as ideias de Adam (2011; 2019) e baseando-se nos estudos de Marquesi (2017; 2018), Marquesi *et al.* (2021) e Rodrigues e Marquesi (2021), assumimos que qualquer nível de análise textual é realizado em um contexto discursivo e guiado por uma visada argumentativa, conforme podemos visualizar no esquema da Figura 1, a seguir, proposto por Adam (2011):

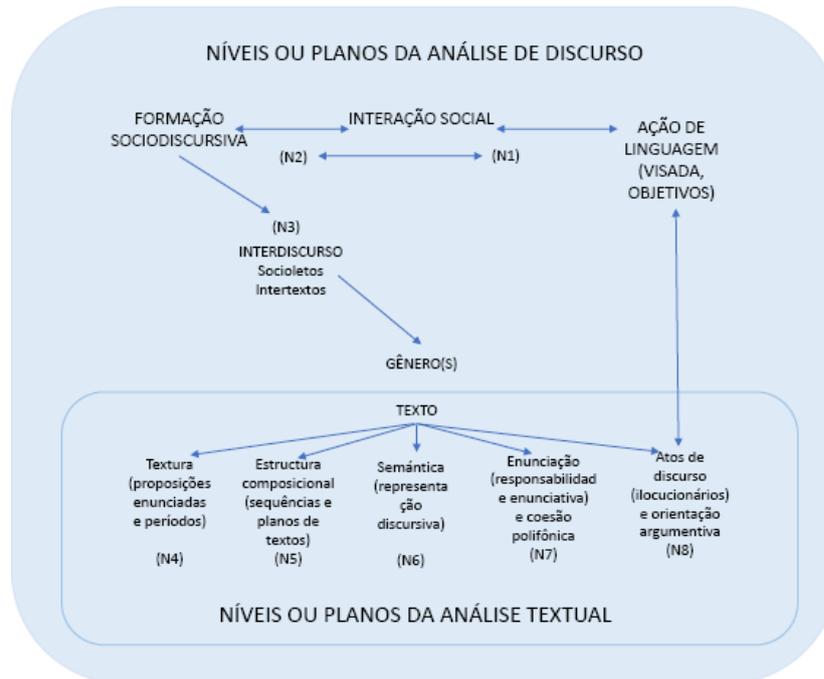


Figura 1: Níveis ou planos da análise de discurso e da análise textual.
Fonte: Adam (2011, p. 61).

A respeito de cada um desses níveis, Adam (2021) assim os concebe: (i) o macronível, que se constitui das zonas peritextuais e das partes do texto; (ii) o mesonível, formado pelas seqüências textuais narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa ou dialogal; e (iii) o micronível, que focaliza as ligações textuais, ou seja, os processos coesivos referenciais (retomada pronominal e colocações lexicais, entre outros mecanismos) e sequenciais (operadores argumentativos e juntores coesivos).

Especificamente para a análise do *corpus* selecionado para este artigo, exploraremos o texto em seu nível macrotextual.

Textos político-argumentativos na escola

A abordagem da argumentação na escola é referendada pela BNCC (BRASIL, 2018), a qual, em sua lista de competências gerais para a Educação Básica, sugere um trabalho voltado para que o aluno se torne apto a:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9)

Nessa tarefa, conforme defendem Azevedo *et al.* (2023, p. 81), “o professor tem um papel fundamental, visto que só ele pode reservar espaço para a argumentação acontecer em sala de aula”. Dessa forma, cabe ao professor, por exemplo, selecionar cuidadosamente os textos e materiais que serão utilizados nas atividades, garantindo que apresentem temas relevantes e que permitam a discussão de diferentes perspectivas. Além disso, ele pode estimular a participação dos alunos através de questionamentos provocativos, que os incentivem a pensar criticamente e a expressar suas opiniões, especialmente no que concerne aos fatos/temas de relevância social.

Os textos argumentativos de natureza política se enquadram nesse amplo conjunto de possibilidades selecionadas para a abordagem da argumentação em sala de aula. Por meio deles, é possível estimular a análise de estratégias argumentativas, como o uso de evidências e contra-argumentos, além de discutir temas relacionados à cidadania e à participação política. Ademais, por comumente apresentarem diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, tais textos permitem a compreensão da complexidade das questões políticas e o desenvolvimento da capacidade de argumentar em favor de uma posição específica.

Ao se mobilizar textos político-argumentativos como objetos de ensino, o professor pode trabalhar, entre outras, em duas direções: (i) desenvolver a habilidade de identificação de argumentos em textos de terceiros, em atividades vinculadas ao eixo de leitura; e (ii) aprimorar a habilidade de selecionar e aplicar argumentos em textos autorais dos alunos, em atividades associadas ao eixo de produção textual. Em todo caso, está-se ensinando a argumentação, e, conforme asseveram Azevedo *et al.* (2023, p. 131), “ensinar a argumentar favorece os processos de reflexão e de construção do conhecimento”.

Os gêneros discursivos argumentativos de natureza política, como pronunciamentos oficiais, discursos de campanha, cartas abertas, editoriais, manifestos, programas de governo e debates parlamentares, para citar alguns exemplos, desempenham um papel crucial no entendimento da dinâmica social e na formação de cidadãos críticos e participativos. Explorar essas diferentes configurações textuais permite a visualização de como diferentes argumentos são utilizados e como as diferentes perspectivas são representadas. A reflexão sobre questões éticas, morais e sociais também é intensificada, contribuindo para uma formação integral e para a construção de uma consciência crítico-social fundamentada.

Vale esclarecer, contudo, que a abordagem de certos textos dessa natureza deve ser balizada por condições específicas, incluindo a faixa etária dos estudantes, ou seja, o segmento

de ensino. A BNCC (BRASIL, 2018), por exemplo, em suas orientações especificamente voltadas para o Ensino Médio, indica que, nesse período, no que tange ao trabalho com textos do campo de atuação na vida pública, “ganham destaque as condições de produção dos textos legais, sócio e historicamente situados e, em última instância, baseados nas experiências humanas, formulados com vistas à paz social”, com ênfase nas “análises de campanhas e programas políticos e de políticas públicas, bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes” (BRASIL, 2018, p. 502).

Para a progressão curricular, o documento propõe que, no decorrer dos três anos do Ensino Médio, deve-se garantir espaço para que os alunos possam, por meio do estudo de textos político-argumentativos (e, também, publicitários):

[...] analisar histórico de candidatos (por meio de ferramentas e plataformas de fiscalização/acompanhamento, entre outras possibilidades), programas políticos – identificação de prioridades e intencionalidades (o que se pretende fazer/implementar, por que, para que, como etc.), as consequências do que está sendo proposto, a forma de avaliar a eficácia e/ou o impacto das propostas, contraste de dados, informações e propostas, validade dos argumentos utilizados etc. – e/ou propaganda política (identificação dos recursos linguísticos e semióticos utilizados e os efeitos de sentido que podem provocar, avaliação da viabilidade e pertinência das propostas apresentadas, explicitando os efeitos de persuasão próprios dos discursos políticos e publicitários, que podem se sobrepor a análises críticas). (BRASIL, 2018, p. 513, grifos nossos)

Nesse sentido, a proposta a ser apresentada na sequência, centrada na leitura de um pronunciamento oficial, com ênfase tanto nos aspectos discursivos quanto nos aspectos textuais, evidencia-se como um relevante exemplo para a concretização dessas orientações curriculares.

Uma proposta de leitura para a sala de aula

A proposta aqui delineada configura-se como uma possibilidade de trabalho aplicável a aulas de leitura no Ensino Médio. O professor pode, obviamente, ajustar o enfoque das discussões, considerando o perfil de seu alunado, bem como adaptar a dinâmica para outros segmentos de ensino, com a seleção de outros textos e/ou a abordagem de outros temas. Neste exemplo, como objeto de análise, elegeu-se o pronunciamento oficial da atual Ministra da

Saúde, Nísia Trindade⁴, transmitido em 06 de fevereiro de 2024, em rede nacional de rádio e TV. A transcrição do discurso na íntegra, extraída de Brasil (2024), pode ser lida a seguir:

Várias cidades brasileiras estão enfrentando situação de emergência devido ao grande aumento dos casos de dengue.

O calor recorde e as chuvas acima da média desde o ano passado aumentaram os focos do mosquito transmissor. Essa situação exige ações adicionais do Governo Federal, dos governadores, dos prefeitos e de toda a população.

Este é o momento de intensificar os cuidados e a prevenção. Agora é hora de todo o Brasil se unir contra a dengue.

O Ministério da Saúde está dando total prioridade para essa ação. Ampliamos em R\$ 1,5 bilhão o repasse de recursos para estados e municípios.

Um Centro de Operações de Emergências foi montado para analisar diariamente a evolução dos casos e mobilizar as ações de todos os órgãos envolvidos no enfrentamento à dengue.

É fundamental que os prefeitos e prefeitas intensifiquem os cuidados com a limpeza urbana, evitando o acúmulo de lixo e de água onde os mosquitos se proliferam. Da mesma forma, é essencial a ação dos governadores, apoiando seus sistemas de saúde.

E você, cidadão, cidadã, também tem um papel decisivo nessa prevenção.

Precisamos redobrar os cuidados com as nossas casas e em volta delas. Cerca de 75% dos focos estão dentro de casa. Vamos tampar as caixas d'água, descartar o lixo corretamente, manter as vasilhas de água dos animais sempre limpas, guardar garrafas e pneus em locais cobertos, retirar água acumulada dos vasos e plantas.

Nessa missão, conte com o trabalho fundamental dos agentes de combate às endemias. Receba-os, ajude-os na localização e na erradicação de possíveis focos do mosquito em sua casa e na sua vizinhança.

Se você tiver algum sintoma, como febre alta, manchas vermelhas pelo corpo, dores musculares intensas e atrás dos olhos, procure um serviço de saúde. Comece você mesmo a se proteger, bebendo bastante líquido.

Após 40 anos de enfrentamento a epidemias de dengue, temos agora uma importante conquista da ciência e da saúde: a vacina. O Brasil é o primeiro país a incorporar ao sistema público de saúde, o SUS, uma vacina para dengue.

A vacinação se dará de forma progressiva, dado o número limitado de doses produzidas pelo laboratório fabricante. Os critérios para distribuição inicial para um grupo de municípios foram baseados na incidência da doença e definidos pelo Ministério da Saúde e pelos conselhos nacionais de secretários de saúde de estados e municípios. Dentre o grupo para o qual a vacina foi autorizada, serão imunizadas as crianças entre 10 e 14 anos.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde coordenará um esforço nacional para ampliar a produção e o acesso a vacinas para dengue.

⁴ Nísia Verônica Trindade Lima é a primeira mulher a, desde 2023, ocupar o cargo máximo do Ministério da Saúde. Em 2017, também ganhou notoriedade a tornar-se a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição de referência internacional na área de ciência e tecnologia, em cargo que ocupou até 2022. Em termos de formação acadêmica, é Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980), Mestre em Ciência Política (1989) e Doutora em Sociologia (1997), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj - atual Iesp). É destaque como pesquisadora, sendo sua obra referência nas áreas de pensamento social brasileiro, história das ciências e saúde pública.

Convoco todos e todas para uma mobilização nacional, dos governos e de toda a sociedade, para que juntos enfrentemos os atuais surtos e, em breve, possamos fazer com que a dengue seja uma doença do passado.
Obrigada e boa noite.

O pronunciamento, sob o *status* de um discurso essencialmente político, aborda uma situação emergencial de saúde pública, demonstrando preocupação com o aumento dos casos de dengue no Brasil⁵. Ele enfatiza a necessidade de ações conjuntas do Governo Federal, governadores, prefeitos e da população para enfrentar o problema – informações dadas, recorrentes em situações dessa natureza. Além disso, destaca as medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde para combater a dengue, como o aumento de recursos, a criação de um Centro de Operações de Emergências (COE) e a introdução da vacinação contra a doença – informações novas, conferindo a informatividade.

Retomando a proposta de Charadeau (2006), segundo o qual diferentes estratégias discursivas podem se manifestar em um texto de natureza política, evidencia-se no pronunciamento sob análise a “palavra de decisão”. Diante do cenário epidemiológico, a Ministra aponta a necessidade de ação imediata e decisiva para o enfrentamento da situação. Marcas discursivas dessa estratégia materializam-se em segmentos linguísticos como “intensificar os cuidados e a prevenção”, “agir contra a dengue”, “redobrar os cuidados com as nossas casas” e “contar com o trabalho fundamental dos agentes de combate às endemias”. Em linhas gerais, a palavra de decisão do Ministério reflete o interesse governamental de dissolver a desordem instaurada na saúde pública brasileira.

De forma imbrincada, a “palavra de promessa” (Charadeau, 2006) também é incorporada à constituição discursiva do pronunciamento. Ao relatar que “o Ministério da Saúde coordenará um esforço nacional para ampliar a produção e o acesso a vacinas para dengue”, a Ministra estabelece o registro de um compromisso com a população. Tal movimento funciona argumentativamente como um meio de promover a adesão dos interlocutores ao processo: a vacina, colocada como um objeto a ser alcançado, é elevada ao estatuto de uma recompensa pelas ações individuais de prevenção e combate à doença.

Vale lembrar, ainda conforme Charadeau (2006), que a eficácia argumentativa das estratégias discursivas depende do ajustamento do discurso a diferentes condições. Em relação à simplicidade, verifica-se que o pronunciamento é claro e direto, havendo uma preocupação em fornecer instruções simples e práticas para a prevenção almejada. Quanto à credibilidade, a

⁵ Conforme dados do Ministério da Saúde, apenas no primeiro quadrimestre de 2024 (janeiro - abril), o Brasil contabilizou mais de 4 milhões de casos prováveis de dengue.

Ministra busca mencionar as ações concretas tomadas pelo Ministério (aumento de recursos e a criação do COE, por exemplo), além de destacar a importância da vacinação e do apoio dos governadores e prefeitos. Por fim, em se tratando da dramatização, embora o discurso não apele diretamente para elementos dramáticos, como ameaças ou apresentação de dilemas, a urgência da situação e a necessidade de ação imediata são enfatizadas, o que pode ser considerado um exemplo desse tipo de condição.

Ainda no âmbito das condições que recobrem a produção discursiva, é válido ressaltar, a partir da cena retratada na Figura 2, a seguir, aspectos importantes do pronunciamento analisado:



Figura 2: Bastidores da gravação do pronunciamento.
Fonte: foto de Matheus Brasil para o MS (BRASIL, 2024).

É sabido que, dada a grande circulação de textos, de diferentes gêneros, além da necessidade de cuidado com a publicização de conteúdos, os diferentes órgãos governamentais – departamentos, secretarias, ministérios, entre outros – contam com equipes responsáveis não só pela revisão, mas também pela elaboração dos textos divulgados⁶. Assim, embora o discurso aqui analisado seja apontado como “da Ministra da Saúde”, ele tem como sujeito-autor o Ministério (o governo) como um todo. Nesse sentido, a configuração de uma cena como a da imagem, em que o locutor real (a Ministra) lê, num *teleprompter*, o discurso de um locutor virtual (o Ministério), pode ser avaliada relativamente como uma dramatização, a qual mobiliza a linguagem televisiva (nesse caso) como elemento de persuasão.

⁶ O Palácio do Planalto, sede do governo federal, em Brasília, estabelece normativas específicas para a redação de documentos oficiais. A instituição, periodicamente, inclusive, atualiza e publica um *Manual de Redação da Presidência da República*. No caso do Ministério da Saúde, a pasta conta com uma Assessoria de Imprensa, responsável pelo gerenciamento da comunicação.

Ainda no que se refere à mobilização dos recursos de rádio e TV, canais pelos quais o pronunciamento foi transmitido⁷, é fundamental destacar o apoio recebido pelos discursos políticos das diferentes tecnologias (analógicas e digitais) de comunicação. Conforme aponta Maingueneau (2015, p. 39), com o desenvolvimento de técnicas de registro da imagem e do som, especialmente a partir do final do século XIX,

A materialidade do texto se tornou plural. Hoje, um pronunciamento político pode se manifestar ao mesmo tempo por uma forma impressa, por um enunciado em um *site* da Web, por uma gravação em áudio veiculada por uma rádio, por um vídeo em um *site* de compartilhamento, por um DVD... Sem falar das versões em número indeterminado que foram realizadas por câmeras ou gravadores desse ou daquele espectador ou ouvinte.

Paralelamente à exploração das marcas de constituição discursiva do pronunciamento, são evidenciados caracteres de sua composição textual. O pronunciamento ocorre em um contexto de emergência devido ao aumento dos casos de dengue em várias cidades brasileiras. O propósito principal é convocar ações adicionais do Governo Federal, dos governadores, dos prefeitos e da população em geral para enfrentar a situação emergencial.

Sobre o plano de texto analisado em seu macronível, confirma-se, portanto, de acordo com Adam (2021), que temos uma unidade textual composta de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis. São três partes – introdução, desenvolvimento e conclusão –, com quatorze parágrafos, que constituem a unidade textual em que se permite entender o discurso não apenas como uma comunicação isolada, mas como parte de um contexto mais amplo de políticas de saúde pública e ação governamental, com objetivos esclarecedores e apropriados ao público a que se destina.

Para tanto, o discurso reflete um posicionamento de responsabilidade compartilhada, destacando a importância da ação conjunta de autoridades governamentais e cidadãos para combater a dengue. Há também uma ênfase na valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) e na cooperação entre diferentes níveis de governo.

O pronunciamento segue uma estrutura bastante coerente, começando com uma descrição da situação atual, seguida pela apresentação de medidas tomadas pelo Ministério da Saúde e pelas responsabilidades dos governantes e cidadãos na prevenção da dengue. A

⁷ Como parte integrante da proposta de análise, sugere-se que o professor, antes de partir para a transcrição do texto, apresente aos alunos a gravação em vídeo do pronunciamento, a partir da qual discussões pertinentes também podem ser empreendidas.

mensagem da ministra é concluída com uma convocação para a mobilização nacional e uma nota de agradecimento.

Desse modo, observamos que o pronunciamento, ora analisado, visa mobilizar recursos e ações para combater a dengue, tanto em termos da necessidade de prevenção (o dado) quanto no que se refere à possibilidade de vacinação (o novo), na esperança de que o discurso surta efeitos e influencie a cooperação entre diferentes instâncias de governo e a participação ativa da população na luta contra a doença.

Conclusão

A análise do pronunciamento do Ministério da Saúde, na figura da Ministra, sobre o combate à dengue, revela a importância da argumentação política e sua aplicação no contexto educacional. Os estudantes podem aprender como a linguagem é usada para persuadir e mobilizar o público, desenvolvendo habilidades de leitura crítica e argumentativa. Ao examinar os recursos retóricos e a estrutura textual, os alunos podem entender como os discursos políticos são construídos e como os elementos são organizados para transmitir uma mensagem clara. Além de promover a compreensão do texto, essa abordagem estimula a reflexão sobre questões sociais e políticas, capacitando os alunos a se tornarem cidadãos críticos e participativos.

Quando integram textos político-argumentativos ao currículo escolar, os educadores direcionam os alunos para que sejam capazes de analisar de forma independente as informações que recebem e tomar decisões fundamentadas em relação a questões importantes para a sociedade. Assim, o ensino da leitura a partir da análise da argumentação política não apenas enriquece a experiência educacional dos estudantes, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais informada e engajada.

Por fim, conforme Azevedo *et al.* (2023, p. 131),

De modo geral, ensinar a argumentar é um processo que envolve práticas didáticas capazes de levar os estudantes tanto a falar de argumentação quanto a realizar o ato de argumentar. E, para isso acontecer, o ponto de partida e de chegada de um planejamento de ensino da argumentação consiste no agir pela linguagem, isto é, na ação de intervenção social a ser efetivamente realizada pelos estudantes. (AZEVEDO *et al.*, 2023, p. 133)

Tais reflexões são materializadas na proposta apresentada neste artigo, a qual, por meio da abordagem de um pronunciamento oficial do Ministério da Saúde para o combate à dengue,

permite aos alunos o desenvolvimento de sua argumentação para disseminar as orientações assimiladas no meio social que integram.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à Análise Textual dos Discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* Revisão técnica de João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Tradução de Ana Lúcia Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica de João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. **Letra Magna**, Cubatão, v. 17, n. 27, p. 1-38, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/28cfet2o>. Acesso em: 04 maio 2024.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/29wbcvub>. Acesso em: 04 maio 2024.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; SANTOS, Maristela Félix dos; CALHAU, Soade Pereira Jorge; LEAL, Vanesca Carvalho; PIRIS, Eduardo Lopes. **Dez questões para o ensino de argumentação na Educação Básica: fundamentos teórico-práticos**. Campinas: Pontes, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4lqrr4s>. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Em pronunciamento nacional, Ministra Nísia Trindade convoca população para enfrentamento à dengue**. 6 fev. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/27qovfsd>. Acesso em: 04 maio 2024.

CHARADEAU, Patrick. O discurso político. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006. p. 251-268.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Análise de enquadramento em discurso ou pronunciamento oficial: perspectivas teórico-metodológicas. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 20., 2015, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Intercom, 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://tinyurl.com/25bexv92>. Acesso em: 04 maio 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MARQUESI, Sueli Cristina. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas em progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017. p. 279-298.

MARQUESI, Sueli Cristina. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. *In*: GOMES, Alexandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Análise textual dos discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra: Grácio, 2018. p. 111-123.

MARQUESI, Sueli Cristina; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares; ELIAS, Vanda Maria da Silva; GEBARA, Ana Elvira Luciano; ALBERT, Sílvia Augusta de Barros. O gênero digital artigo de divulgação da ciência para crianças: plano de texto, interação e interfaces para o tratamento da escrita e da leitura. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 15, n. 31, p. 105-125, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2y95wcfu>. Acesso em: 04 maio 2024.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; MARQUESI, Sueli. “Chegou-se a uma posição de certeza de que não há perigo ambiental? A existência de certeza necessita ser demonstrada” – Plano de texto de uma decisão monocrática. **Revista Fides**, Natal, v. 12, n. 1, p. 19-40, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/25dh5gsk>. Acesso em: 04 maio 2024.

Data: 04/05/2024